

Lago Sul está cheio de invasões

Mas os órgãos responsáveis pela fiscalização admitem que não têm capacidade de punir os infratores

José Paulo Lacerda/Ag. Pixel

LEANDRO BISA

O palacete na QL 26, que começou a ser demolido na última quarta-feira, não é a única mansão do Lago Sul a invadir área pública nas margens do Lago Paranoá. A Administração Regional do Lago e a 15ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconhecem o problema, mas afirmam que a capacidade de fiscalização dos órgãos é limitada.

Os dois órgãos confirmam a existência de mais irregularidades, porém, ambos deixam claro que nenhuma alcança as proporções da casa da QL 26. A mansão foi ampliada aproximadamente 300 m², com uma garagem para seis carros, em área pública. Além disso, tem uma piscina, uma churrasqueira e uma benfeitoria no subsolo que ocupam 500 m² de área verde (espaço que pode ser usufruído pelos moradores, desde que nenhuma edificação seja feita).

A administradora Natanry Osório explicou que a Administração Regional fiscaliza as irregularidades por meio de denúncias.

— Se a Administração recebe uma denúncia, ela manda verificar. Essa obra teve várias. As pessoas que passavam pela ponte (JK) ligavam para nós perguntando se um hotel estava sendo construído — disse a administradora.

Natanry explicou que a maioria das invasões do Lago foi feita depois que as casas já haviam passado pela inspeção dos fiscais e tiveram seus projetos aprovados. São quiosques, churrasqueiras, piscinas, quadras de esporte e outras edificações de porte simples que foram executadas e aperfeiçoadas, gradualmente, ao longo dos anos.



HOTEL Mansão da QL 26, que teve parte da área invadida derrubada pelo GDF, chegava a ser confundida com um hotel pelo seu tamanho

— Casas já construídas, com moradores e com Habite-se não estão sob nosso acompanhamento — disse Natanry.

Mara Araújo, inspetora de fiscalização da Administração, explicou que os inspetores só têm autorização para entrar nos terrenos onde as obras estejam em execução.

— Enquanto a casa está sendo construída, ficamos em cima. Depois disso, só com autorização judicial. Com as denúncias, a gente sempre dá um jeito de entrar, passando por área pú-

blica ou pelo terreno vizinho — disse Mara.

A inspetora informou que a Administração do Lago Sul não tem um levantamento de onde estão as obras irregulares. Ela disse ainda que muitas das edificações, apesar de não serem permitidas, são toleradas.

— São piers, quiosques de madeira e outras pequenas transformações que não causam prejuízo ao meio ambiente — afirmou.

Emmanuel Pedrosa Filho, superintendente-substituto do Iphan, também confir-

mou a existência de problemas nas residências da orla do lago. Assim como a Administração Regional, o Iphan não tem idéia da quantidade de obras que estão construídas fora dos padrões permitidos, no entanto afirma que a situação é preocupante.

— Existe carência em nosso quadro — justificou Pedrosa.

O superintendente-substituto não quis dizer quantos fiscais o Iphan possui. Ele se limitou a dizer que a quantidade é muito pequena. Entretanto, Pedrosa afirma que

todas as denúncias são averiguadas.

— Como falta gente, as denúncias facilitam nosso trabalho. É importante que a população tenha consciência e faça isso.

A Promotoria de Ordem Urbanística do Ministério Público do DF foi procurada para comentar o assunto, mas nenhum promotor foi encontrado.

leandro.bisa@jb.com.br

SERVIÇO:

Para denunciar: Adm. do Lago Sul (364-3232/3234); Iphan (414-6154/6152)

Escombros virou souvenir

A demolição completa do palacete as margens do Lago Sul deve durar uma semana. As máquinas que trabalharam na quarta-feira não foram capazes de destruir o prédio e duas outras, quatro vezes mais potentes, foram levadas ao local ontem. Os funcionários do Siv-Solo e da Administração Regional do Lago, impressionados com o serviço que executaram, estão transformando pedaços da construção em souvenirs e os levando para casa, como lembrança.

— Tem 25 anos que eu trabalho na retirada de invasões e nunca vi uma casa de bacana ser derrubada. É normal condenarmos uma construção e o processo de demolição ser interrompido na Justiça. Isso é uma vitória — disse uma funcionária da Administração Regional.

Todos estavam impressionados com a qualidade do edifício. Para a maioria das pessoas que acompanharam a demolição, entendidos do assunto ou não, muito material foi desperdiçado. A quantidade argamassa, concreto e tijolos usados impressionava.

No primeiro dia de operação, duas pás-mecânicas demoraram mais de uma hora para conseguir destruir apenas os pilares da garagem. Elas trabalharam até as 20h, mas a maior parte do serviço teve que ficar para o dia seguinte.

Só ontem, com a chegada de duas máquinas de esteira, a casa foi abaixo. Falta agora a destruição da piscina, da churrasqueira e do subsolo, além da retirada de todo o entulho. (LB)